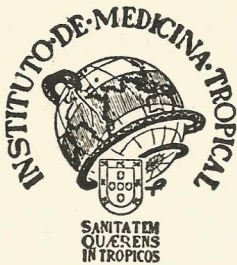
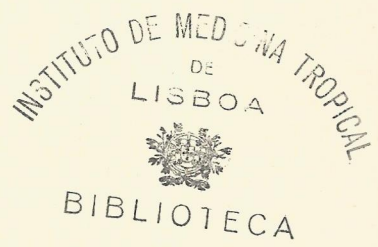


caixa 7
26



CONTRIBUIÇÃO DA HIGIENE MENTAL NA ADAPTAÇÃO
AS REGIÕES TROPICAIS

MÁRIO AUGUSTO DE MENDONÇA E SILVA
Assistente do Instituto de Medicina Tropical
Correspondente em Lisboa da C. C. T. A. para a Saúde Mental



Separata dos ANAIS DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL, Volume XVII, N.º 4
Dezembro de 1960

TJ/CX07

CONTRIBUIÇÃO DA HIGIENE MENTAL NA ADAPTAÇÃO ÀS REGIÕES TROPICAIS (1)

MÁRIO AUGUSTO DE MENDONÇA E SILVA

Assistente do Instituto de Medicina Tropical
Correspondente em Lisboa da C. C. T. A. para a Saúde Mental

SUMÁRIO

1. — INTRODUÇÃO. O NOSSO PONTO DE VISTA SOBRE O PROBLEMA
2. — OBJECTIVOS DA HIGIENE MENTAL NA ADAPTAÇÃO ÀS REGIÕES TROPICAIS
3. — CONTACTOS SOCIAIS
 - 3.1. — *O problema da miscigenação*
4. — O PROBLEMA DO ALCOOLISMO
5. — CITAÇÃO DE ALGUNS OUTROS ASPECTOS A ENCARAR NA ADAPTAÇÃO ÀS REGIÕES TROPICAIS
6. — BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
7. — BASES PARA UMA PRÉ-SELECÇÃO E PREPARAÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE SE PROPÕEM FIXAR NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARI-
NAS PORTUGUESAS
8. — RECOMENDAÇÕES
9. — RESUMOS
10. — CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS MAIS IMPORTANTES

(1) Recebido para publicação em 10 de Dezembro de 1960, depois de apresentado e discutido na 1.^a sessão plenária do I Congresso Nacional de Saúde Mental, realizado em 24 de Novembro de 1960, no Instituto de Medicina Tropical de Lisboa.

1. — INTRODUÇÃO, O NOSSO PONTO DE VISTA
SOBRE O PROBLEMA

Últimamente têm-se estudado bastante alguns aspectos de problemas psicológicos e psiquiátricos das populações autóctones do continente africano.

Devemos mesmo registar, com grande satisfação, a contribuição de autores portugueses nesse sentido. É também extraordinariamente meritória a acção da Junta de Investigação do Ultramar nesse capítulo, muito em especial pelo seu Centro de Estudos Políticos e Sociais.

Mas não é esse o único ponto de vista que nos interessa e pelo qual nos devemos preocupar exclusivamente.

Temos de nos lembrar que continuamos a enviar para as nossas províncias ultramarinas de África, principalmente Angola e Moçambique, milhares de portugueses metropolitanos todos os anos e, para que a fixação dos mesmos se faça em boas condições, devemos pedir a colaboração de higienistas mentais, análogamente ao que se tem feito quanto à acção que sobre esses mesmos indivíduos têm desempenhado serviços médicos de outras disciplinas.

Assim, eles são observados clinicamente, são vacinados contra algumas das enfermidades mais para temer nas regiões em que se propõem viver nos trópicos e são-lhe também ministradas algumas noções elementares de higiene a observar nesses mesmos territórios.

Não podemos, nem devemos, deixar de encarecer a contribuição do nosso Instituto de Medicina Tropical na tentativa de minorar os problemas que se levantam na adaptação desses indivíduos às referidas zonas intertropicais.

Na verdade, as palestras sobre higiene tropical, muito elementares, como não poderia deixar de ser, na grande maioria das vezes, e a que já fizemos referência, são desde 1946 realizadas por assistentes e agora nas magníficas instalações para esse efeito especialmente preparadas.

Projectam-se películas cinematográficas, tipo documentário ou com desenhos animados, para dar maior leveza às sessões, focando aspectos ambientais das regiões que em breve passarão a habitar ou de interesse na profilaxia das mais correntes endemias reinantes nessas mesmas zonas; distribuem-se pequenas brochuras, da autoria do assis-

tente do Instituto, Dr. Manuel Meira, com noções elementares de higiene tropical, actualizadas sempre em sucessivas edições.

Mas não resta dúvida que a Higiene Mental tem vindo a progredir extraordinariamente, como disciplina independente, nas últimas décadas, e estamos firmemente convencidos de que a sua contribuição no sentido de aplanar alguns dos principais obstáculos que se opõem a uma normal integração de portugueses metropolitanos nas nossas províncias de África pode ser de facto decisiva.

E como? Por que mecanismos?

Em primeiro lugar, fazendo uma pré-selecção de todos os indivíduos que se proponham habitar regiões dos chamados climas quentes. Essa pré-selecção, que não selecção, segundo os modernos conceitos da orientação profissional, afigura-se-nos de extrema importância.

Temos de ter sempre presente, neste assunto, que a qualidade se tem de valorizar em relação à quantidade. É já um lugar comum o dizer-se que não se reveste de qualquer interesse enviar indivíduos em condições de, antecipadamente, nos apercebermos da sua difícil integração nas regiões intertropicais.

A hipótese de uma inadaptação total, essa não deve ser encarada sequer, porquanto faria ruir todos os planos de uma útil e proveitosa fixação. Os prejuízos que daí advêm são sempre pesadíssimos, não só debaixo do ponto de vista material, como, principalmente, moral.

Claro que não podemos deixar de ignorar que as condições de vida que esses indivíduos vão encontrar não são sempre de molde a fazer-nos pensar numa adaptação fácil.

À parte as condições climáticas, as primeiras a ser invocadas como causadoras de dificuldade de acomodação nos trópicos a problemas habitacionais nem sempre bem resolvidos, a precárias condições de trabalho e de alimentação e a terapêuticas ministradas umas vezes a título profiláctico outras a título curativo, nem sempre inócuos, quantos mais aspectos não poderíamos invocar.

A distância, proporíamos que todos os núcleos de portugueses oriundos do continente fossem periódicamente revistos, sob o aspecto neuropsíquico, focando especialmente a sua integração nas zonas que passaram a habitar, por missões constituídas para esse fim.

Entre estes períodos fixados, todas as situações intercorrentes, debaixo do ponto de vista duma súbita inadaptação ao meio, teriam

de ter a intervenção dos especialistas das províncias onde os núcleos de novos habitantes tivessem a sua sede, ou fora desses grupos populacionais, a quaisquer indivíduos do continente, habitando regiões do Ultramar, sejam elas quais forem, quer dizer, sem se ter sempre em linha de conta tratar-se de aglomerados ou não.

É claro que sabemos perfeitamente que é muito árdua a tarefa que nos propomos encarar, mas, exactamente porque ela é difícil, mais nos estimula estudá-la com certo detalhe e dar-lhe as soluções que se nos afiguram mais proveitosas para aquilo a que podemos chamar o «caso português» nos problemas de adaptação e fixação dos metropolitanos no nosso Ultramar.

2. — OBJECTIVOS DA HIGIENE MENTAL NA ADAPTAÇÃO ÀS REGIÕES INTERTROPICAIS

O conceito actual da Higiene Mental não lhe marca limites muito bem definidos, e, ao contrário do que ainda se pensa e escreve, esta ciência não visa exclusivamente a prevenção de doenças do foro psíquico, mas está também debaixo da sua alçada estudar os meios ao seu alcance para a manutenção de todas as faculdades intelectuais, normalização das tendências afectivas e também as instintivas e, por último, sem esquecer fazer a integração dos indivíduos na vida colectiva que tenham ou que se proponham ter.

Daqui se conclui a importância de que esta disciplina se reveste, quando encaramos o problema dos indivíduos deslocados para as regiões dos chamados climas quentes.

É também nossa preocupação estender e enquadrar a aplicação da Higiene Mental ao campo da Saúde Pública e da Medicina Preventiva em toda a sua extensão.

Por essa razão, devemos começar por declarar que os sanitaristas gerais das regiões dos trópicos há muito que estabeleceram uma distinção — deve dizer-se em abono da verdade — cada vez menos nítida, entre meios urbanos e rurais nessas zonas.

Afigura-se-nos de manter esse mesmo critério sempre que se encare a questão debaixo do ponto de vista da Higiene Mental que ora nos ocupa; mas daremos prioridade, em importância, aos meios rurais, ao contrário dos sociólogos, para quem, em zonas tropicais,

os meios dos mais extensos aglomerados populacionais têm uma muito especial importância.

Estamos, porém, convencidos de que, cada vez mais e num muito próximo futuro, estas distinções ambientais serão cada vez menos exactas, pois lembremo-nos de zonas tropicais hoje industrializadas e que ainda há bem pouco tempo eram classificadas de rurais, e das facilidades que advêm de meios de transporte rápidos e eficientes, que também tornam, estas ou outras divisões, simplesmente admissíveis, para facilidade de estudo, para concluir que tal distinção tem pouco interesse debaixo do ponto de vista prático.

Não nos esqueçamos que o primeiro grande problema com que nos vamos debater é, e já o sabemos há muito, termos de pedir a colaboração a indivíduos a quem pretendemos estudar os seus assuntos do foro psíquico, e eles nem sempre estarem preparados para nos darem essa colaboração, mesmo por modesta que seja.

Só assim podemos valorizar os factores de ordem psicológica, cujo papel neste assunto da adaptação aos chamados climas quentes é tão importante como os factores puramente fisiológicos, esses há mais tempo encarados e estudados mesmo com certo detalhe.

3. — CONTACTOS SOCIAIS

A fixação dum agrupamento de indivíduos provenientes duma região de clima temperado numa zona intertropical não diz respeito apenas a uma adaptação a condições mais pesadas de actividade quotidiana, mas igualmente a uma adaptação a hábitos de vida e contactos muito diferentes.

Depois do factor clima, este factor humano afigura-se-nos de grande importância também, sempre que queiramos focar os aspectos de uma boa fixação.

F. Ellis, já em 1953, estudou este ponto com muito pormenor e escreveu alguns princípios gerais de Higiene Mental a adoptar por aqueles que se proponham habitar nas regiões tropicais. De tudo o que nos transmitiu, pensamos ser de grande importância o não criar no espírito do que ali vai fixar-se a ideia de que se trata de um meio hostil e fazer-lhe pensar num regresso mais ou menos rápido. Devem

também encarar-se e resolvê-los, na medida das possibilidades, todos os problemas postos pelas questões físicas, chamemos-lhe assim, como aspectos climáticos, da higiene da habitação e da alimentação, as diversões que deverão ser encaradas como uma necessidade para o espírito, as licenças periódicas e obrigatórias, um *contrôle* de todas as actividades extraprofissionais, etc., etc.

Esse mesmo autor também encarece a necessidade de uma selecção prévia de todos os indivíduos que se trasladam para as chamadas regiões quentes do Globo. Sabemos hoje, como já referimos, que, em boa técnica de orientação profissional, se deverá chamar *prê-selecção*, de forma que todos os portadores da mais ligeira tara psíquica, como aqueles para quem essa mutação de vida e ambiente funcione de evasão, sejam excluídos.

Não nos devemos esquecer de proclamar que o higienista mental, e muito especialmente o que oriente essa sua actividade para os assuntos tropicais, tem de ter um extraordinário bom senso, não devendo separar factores fisiológicos dos psíquicos, pois actuam sinèrgicamente e completam-se. Sem a resolução de muitos dos problemas físicos em cima enumerados, não há possibilidade de se encarar com sucesso os aspectos psíquicos duma boa fixação. E, também aqui, a melhoria das condições essenciais de vida filia-se em questões materiais e de boa organização, o que nos levanta, algumas vezes, notórias dificuldades.

Sabemos há muito que um indivíduo de raça branca, vivendo no seu ambiente original, não se comporta da mesma maneira quando trasladado a uma região tropical do continente africano, que continua a ser aquele que mais especialmente nos interessa, e ao qual particularmente nos referimos no decurso desta exposição.

Focaremos, embora sumariamente, dada a complexidade do problema, alguns aspectos de relações sociais, levantadas especialmente pelos contactos raciais. E não podemos ainda deixar de acentuar a importância que tem na apreciação deste problema o nível social e de cultura dos indivíduos em causa, e sobretudo por ser bastante baixo, tanto no social como no cultural, na grande maioria dos metropolitanos que anualmente se propõem fixar no Ultramar africano português.

É claro que está fora de toda a discussão a grande facilidade de contacto com outros agrupamentos raciais, de que os Portugueses têm dado sobejas provas há já séculos, e dessas situações resultados muito úteis temos tirado e esperamos continuar a tirar; há nesse

aspecto um «saber de experiência feito». O luso-tropicalismo do nosso prezado Dr. Gilberto Freire não terá aqui uma das suas raízes mais fundas? Acreditamos bem que sim.

Esse autor diz-nos: «A sensibilidade aos métodos, às técnicas e aos valores dos povos tropicais raramente faltou aos Portugueses... quando se espalharam por áreas quentes, não como transzuentes, mas — em grande número — como residentes. E residentes que começaram por tomar mulheres tropicais como companheiras e até esposas: companheiras de suas aventuras de fixação e procriação nas mesmas áreas».

Um outro aspecto que convém notar nestas considerações que estamos fazendo acerca da facilidade, já há muito admitida, da integração dos Portugueses nas zonas intertropicais é a indiscutível antecipação com que adoptavam um certo número de hábitos e normas de vida, que só passadas muitas décadas foram então geralmente aceites em mais larga escala.

O uso de vestuário de algodão nos trópicos, tão vantajoso quando encarado no aspecto higiénico, e que pôs bastante de parte os trajés então em voga, «considerados», diz-nos ainda Gilberto Freire, «por outros europeus insígnias de superioridade da civilização europeia, sobre civilizações não europeias, objecto de críticas às vezes ásperas dos demais civilizados da Europa, empenhados em conquistas de mercados ou terras tropicais», é prova evidente duma boa adaptação.

Quer dizer, anteciparam-se os Portugueses aos mais modernos conceitos hoje aceites sobre estes problemas. Conduta semelhante mantivemos ainda em relação a muitos aspectos da alimentação nos trópicos, utilizando, logo desde o primeiro contacto, e difundindo o seu cultivo, inúmeras espécies vegetais originariamente das regiões quentes.

E isto é tanto mais um facto quando é certo que tropicalistas como Marston Bates, citado por Gilberto Freire, reconhecem no Português «o pioneiro da ciência funcional de adaptação de valores europeus, transformados ou modificados, aos meios tropicais».

Esta característica indiscutível da gente lusa pode bem servir de factor de estudo e esclarecimento, sempre que se levantem problemas de integração nos trópicos ou para uma melhor valorização dos elementos autóctones dessas mesmas regiões.

Só nos faltou, em nossa opinião pessoal, tantas vezes, continuidade e sistematização em muitas das empresas tão precocemente iniciadas.

Não podemos apontar exemplo mais frisante do que acabámos de asseverar, e derivado do facto, citado por Gilberto Freire, de no Brasil ainda no período colonial termos feito «pesquisas sobre a capacidade mental de negros africanos comparados com os crioulos e mestiços, as quais, inspiradas em objectivos práticos e realizadas sobre as sugestões da tradição portuguesa de ciência ligada à vida, representando magnífica antecipação a experiência de carácter antropológico que só vieram a ser realizadas quase um século mais tarde, por europeus mais ostensivamente amigos da experimentação científica».

3.1. — *O problema da miscigenação*

Já o dissemos, há muito tempo se reconhece a facilidade com que o Português se liga com elementos de outras raças em qualquer território onde se fixe ou mesmo por onde passe.

Tem este problema indiscutíveis aspectos positivos, mas também cria outros que se devem estudar com cuidado e cuja solução se enquadra perfeitamente dentro da Higiene Mental.

Devemos confessar que talvez sejam menos numerosos actualmente os casos de constituição de famílias mistas, nos territórios africanos portugueses, do que o foram há décadas, mas isso não obsta a que a este assunto se continue a dar uma especial atenção.

Pensa-se hoje haver cada vez mais a tendência de os mestiços constituírem grupos à parte, o que para já criará, e tem de facto criado ultimamente, problemas sérios, sempre que se encare a possibilidade de uma integração.

Forma-se assim como que uma terceira força, e essas fragmentações nem sempre são favoráveis a qualquer das partes inicialmente em jogo. Mas, para equacionarmos este assunto com mais amplitude, teremos de o subdividir em: cruzamentos de portugueses com nativas e os das portuguesas com autóctones das regiões onde se fixaram, ou simplesmente passaram, como tantas vezes se observa ainda.

Esta subdivisão afigura-se-nos importante, porquanto podemos já antever as dificuldades que o higienista mental vai ter de encarar

nestes dois aspectos do importante assunto, que é principalmente para nós, Portugueses, o da miscigenese ou miscigenação.

Claro que daqui não se conclui que se faça do mestiço africano, aquele que pelo seu elevado número mais poderá fazer pesar neste problema, o núcleo destes encontros de raças tão diferentes — a europeia e as africanas — e se creia mesmo a miscigenação um acontecimento inseparável de toda a conduta dos portugueses metropolitanos quando transpostos para as províncias de África.

A colonização dos nossos territórios ultramarinos modificou-se bastante nas últimas décadas; a princípio havia uma fixação temporária, contando-se como quase certo com o regresso de grande número de indivíduos à Metrópole.

A melhoria das condições de vida, já debaixo do ponto de vista económico, já sanitário, já mesmo social, condicionaram, muito naturalmente, uma fixação em moldes muito mais duradouros: as mulheres e os filhos acompanham os indivíduos que se propõem trabalhar nos territórios ultramarinos de África. Considera-se mesmo um índice de boa adaptação ou integração a existência de uma descendência que se continue nessas zonas.

A ida de agregados familiares, tanto quanto possível completos — mas lembremo-nos de que, por várias razões, nem sempre o poderão ser —, é ainda a melhor medida profiláctica, sempre que se encare este problema de miscigenação.

4. — O PROBLEMA DO ALCOOLISMO

O tempo, que condiciona sempre estes relatórios, não nos permite abordar muitos outros assuntos, seguramente importantes, e que estão dentro da alçada da Higiene Mental, na sua contribuição para a adaptação às regiões de clima quente.

Mas, em nossa opinião, não podemos deixar de tratar este do alcoolismo, dada a importância de que o mesmo se reveste em relação ao tema que nos ocupa.

Continua a ser um dos factores que, se não for encarado com especial cuidado, mais pode comprometer, nos nossos casos, uma integração feita em boas condições no Ultramar Português.

Há muito que se conhecem os quadros clínicos que resultam da abundante e persistente ingestão de álcool, já os episódios agudos, já os crônicos, com a instalação de graves doenças físicas e de manifestas alterações psíquicas, com as suas nefastas consequências, não só para os indivíduos em causa como também para a sua descendência, aparecendo os filhos dos alcoólicos com as mais pesadas taras, tornando-se verdadeiros encargos para a comunidade, que tem primeiro de os suportar e mais tarde de os internar. Além disso, é para considerar o aspecto altamente desmoralizador perante as populações nativas, também atingidas muitas vezes por esse vício.

A profilaxia destas situações cabe, por consequência, dentro das atribuições da Higiene Mental; tudo isto escrevemos, há já dois anos, em trabalho então publicado.

Dissemos também que era necessário, persistentemente, fazer acreditar ao indivíduo que se propõe trasladar-se para as zonas inter-tropicais que o álcool, sob qualquer forma, é mais tóxico ainda e mais nefasto nessas regiões de clima quente que nas regiões temperadas em que primeiramente habitou; Ingleses e Franceses estudaram o assunto e chegaram, de facto, a essa conclusão. É claro que do que deixamos exposto se conclui a especial atenção que se deve dar a todo e qualquer indivíduo, de que tenhamos conhecimento anterior ou actual, por observação directa, de ter hábitos alcoólicos; no sentido de lhe ser vedada a ida para o Ultramar sem que se submeta previamente a uma cura de desabitação, que infelizmente tão falível se nos apresenta ainda.

Mas a permissão de saída a bebedores deve ser absolutamente evitada, pois sabemos de antemão que se não adaptam à sua nova vida. Pode-se hoje escrever, com razão, que a profilaxia do alcoolismo bem se deve considerar um verdadeiro teste de uma profícua Higiene Mental da região onde se pretenda uma integração de indivíduos provenientes de outras zonas.

Mas o meio mais ao alcance dos higienistas a utilizar na luta antialcoólica ainda continua a ser o da educação; todas as outras medidas restritivas não têm sido suficientes, mas, insistimos, todos os fracassos até agora sofridos não devem desalentar os higienistas de continuarem na sua árdua luta.

Há um aspecto nesta questão do alcoolismo com que os higienistas mentais terão sempre de contar, quando encarem este problema: o

económico, no seu sentido mais lato. É o nosso país apontado, e com razão, como uma região vinícola rica, e a exportação dos seus produtos pesa francamente na sua balança económica, mas por exportação entende-se também o envio de bebidas alcoólicas, e seus derivados, para o Ultramar Português.

Este problema tem levantado atritos sempre que é encarado na Metrópole, e levantá-los-á seguramente também quando for equacionado para o Ultramar Português. Disse o Dr. Pompeu Silva, com muita razão, na sua palestra «A Higiene Mental e o Alcoolismo», realizada em Abril de 1958, que, «até à presente data, temos protegido mais o vinho do que os alcoólicos».

Mas descansem os economistas, que os especialistas a quem este assunto tanto interessa não pretendem a abolição pura e simples do consumo de bebidas alcoólicas, seja onde for.

Pretende-se, sim, impedir que o álcool actue como causa indiscutível de alterações físicas e psíquicas dos indivíduos que compoem as várias comunidades, sem nos esquecermos dos factores constitucionais e sociais, que condicionam tantas vezes o uso e abuso de bebidas alcoólicas.

Há muito que sabemos também que as alterações ambientais de vida são capazes de condicionarem uma ingestão imoderada de álcool: esse aspecto dá-se em grande escala nos indivíduos trasladados para as regiões tropicais, o que faz com que a selecção dos mesmos, em relação aos seus anteriores hábitos dipsomaniacos, se imponha, talvez mesmo sem tentativas de desabilitação ao tóxico, como mais em cima admitimos.

Mas impõe-se também que estes indivíduos afastados da possibilidade de se fixarem no nosso Ultramar não sejam abandonados pela sociedade, porque senão estas medidas de selecção apresentariam, principalmente entre nós, um aspecto negativo, que convém evitar a todo o custo.

Havia necessidade de promover o seu tratamento e recuperação, não os deixando abandonados às suas possíveis atitudes anti-sociais. Mais uma vez proclamamos o alto benefício da educação, primeiro cívica, depois sanitária, da escola primária ao campo e à oficina, como meio mais seguro de profilaxia antialcoólica.

5. — CITAÇÃO DE ALGUNS OUTROS ASPECTOS A ENCARAR
NA ADAPTAÇÃO ÀS REGIÕES QUENTES

O possível desenvolvimento que demos aos assuntos tratados anteriormente, se lhes dá, de facto, uma importância que julgamos terem, não lhes cria, de maneira alguma, papel de únicos a serem estudados e encarados no tema que nos propusemos tratar.

Não nos esqueçamos, antes de mais nada, que muitos destes aspectos são criados, em parte, pelas constantes mutações que muitas regiões tropicais estão sofrendo, provenientes de planos de industrialização, de melhor apetrechamento e conseqüente desenvolvimento, de portos aéreos e marítimos, facilidade de meios de transporte, ruralismo e urbanismo condicionados, etc.

Em relação ao problema da industrialização, ele não nos interessa com muita prevalência, porque, se é certo que tenha tomado, principalmente nas últimas décadas, acentuado desenvolvimento, ele mantém-se com um especial interesse quando encarado em relação com as populações autóctones, perdendo grande parte da sua importância quando posto em relação com os indivíduos provenientes da Metrópole.

Mas não nos esqueçamos de recomendar que, sempre que tentem uma actividade industrial, o façam no sentido da utilização de todas as condições locais e sem que se procure uma cópia fiel da organização em que possivelmente poderiam ter colaborado, antes de trasladados para as regiões intertropicais.

O aspecto social destas questões não poderá nunca deixar de ser encarado.

Primeiro, por definição, chamemos-lhe assim. Depois, porque toda e qualquer medida profiláctica de que tenhamos de lançar mão pede uma colaboração activa de todas as populações, o que requer necessariamente uma conduta social que não pode ser, de maneira alguma, improvisada; ela tem de ser maduramente estudada e não menos cuidadosamente realizada.

A assistência médica tem de estar perfeitamente assegurada na nova orientação que os indivíduos trasladados deram à sua vida, e disso há que dar conhecimento aos mesmos, assim como o problema da educação dos filhos que os acompanham perfeitamente solucionado.

A assistência religiosa também tem de ser encarada de forma que todos que dela necessitem se vejam de facto amparados.

Todos os problemas institucionais devem merecer o melhor apoio dos responsáveis, assim como a subtracção destes grupos de indivíduos a todas as solicitações, sejam elas de que carácter forem, capazes de uma maléfica orientação.

A forma como se deverão preencher as horas de desocupação dos indivíduos recentemente trasladados para as nossas províncias ultramarinas de África não pode deixar de merecer a melhor atenção: há muito que se aceita que as distracções têm de ser encaradas como uma necessidade, sobretudo de ordem espiritual, e de maneira alguma manifestações supérfluas.

Os factores climáticos, que já dissemos terem sido os primeiros a ser invocados como causa de uma inadaptação às regiões intertropicais, originaram um conceito que chegou até aos nossos dias e determinou o emprego de muitos termos em que o radical clima se escreve sempre. Mas não nos esqueçamos de dois aspectos deste assunto que convém frisar: primeiro, os fundamentos fisiológicos estão hoje bastante bem estudados e a técnica tem ultimamente ajudado, grandemente, a solução de muitos problemas; depois, que muitas das regiões geográficamente em causa não são de facto tão hostis, como se admitiu durante tanto tempo.

Já tem sido citado mais de uma vez, em publicações anteriores, que um pouco menos de quatro quintos da extensão territorial da província de Angola se encontra em regiões planálticas com mais de mil metros de altitude, com um clima extraordinariamente favorável à fixação de portugueses metropolitanos. O problema põe-se, de facto, para os restantes territórios dessa, e mesmo doutras províncias, onde realmente o clima, pela sua elevada temperatura e às vezes também humidade relativa alta, pode estar na génese de casos de uma deficiente adaptação de indivíduos habitando originariamente zonas de clima temperado.

Mas não nos devemos esquecer, como aliás já dissemos, que numa zona climaticamente hostil, mesmo ampla, pode ser favoravelmente modificada, até certos limites, por bem concebidos trabalhos de irrigação e drenagem, arborização, etc.

Debaixo de um ponto de vista mais restrito, mais local, poderíamos mesmo falar no microclima habitacional, a introdução e a difusão

de aparelhos condicionadores de ar, e já antes outros métodos de ventilação e arrefecimento nos faziam encarar esses aspectos do problema que nos ocupa, cada vez com mais optimismo.

Não nos devemos esquecer, em todo o caso, que muitas destas verdadeiras conquistas, de ordem quase que exclusivamente técnica, são algumas vezes ainda condicionadas, na sua utilização mais generalizada sobretudo, por aspectos de ordem económica, que convinha fossem encarados satisfatoriamente.

Escrevemos há dois anos, também, que admitíamos cada vez mais que o clima ou, melhor, certos elementos climáticos mais agrestes se têm tornado, cada vez menos, factores impeditivos de uma mais perfeita fixação nas zonas intertropicais.

A propósito do isolamento, já despendemos a opinião, que é factor para não ser valorizado em demasia, salvo, é claro, algumas excepções, de que talvez os médicos, por razões da orgânica da sua actividade profissional, ainda se apresentam em elevado numero sofrendo as consequências do mesmo.

As facilidades actuais de meios de comunicação vieram alterar profundamente este aspecto do problema, há décadas tão valorizado também.

Admitimos hoje haver necessidade de invocar vivências anteriores à fixação nessas regiões, e muito principalmente a constituição psicológica do individuo, para poder pesar como elemento de não adaptação nas regiões intertropicais.

Mas este último aspecto — o da constituição psicológica do individuo — terá, pela sua importância, de ser invocado em muitos outros factores que se encaram nestes problemas de adaptação.

Lamentamos, também muito, não termos tempo para abordar, nas causas que podemos classificar de externas e capazes de condicionarem más adaptações, as motivadas pela ingestão de certos medicamentos para profilaxia de determinadas enfermidades reinantes nas zonas tropicais, porque os mesmos, dados a título curativo, já saem do âmbito do tema que nos propusemos tratar.

6. — BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIGENTE

Antes de encararmos este aspecto, seja-nos permitido declarar que o povoamento das províncias ultramarinas, muito especialmente as africanas de Angola e Moçambique, feito por indivíduos originários da Metrópole, não pode ser apreciado exclusivamente no campo económico; têm de se lhe juntar a importância, também indiscutível, debaixo dos pontos de vista político e social.

O encarar-se exclusivamente o aspecto económico teve como consequência, seguramente, o malogro de algumas tentativas de fixação de portugueses metropolitanos no nosso ultramar, no fim do século passado e primeiras décadas do actual.

Outros problemas têm de entrar em linha de conta, para que tão magna questão seja equacionada em toda a sua amplitude.

O abandono puro e simples da resolução destes problemas, ou mesmo um desinteresse marcado, traria indiscutivelmente consequências lamentáveis que não podemos antever em todos os seus aspectos.

Os erros que se cometeram foram, em nossa opinião pessoal, por não se terem feito estudos com bases científicas e condicionados, esses sim, às condições económico-financeiras das épocas em que se passaram estes factos.

Numa primeira etapa, far-se-iam os estudos preliminares, tão detalhados quanto possível, de modo a estabelecerem-se as premissas que condicionariam o plano, ou planos, de integração dos portugueses do continente nas mais salubres zonas no nosso ultramar.

Podemos dizer que a fixação de portugueses metropolitanos em Angola ou Moçambique se faz mais recentemente por dois mecanismos: ou por iniciativa individual ou subsidiada pelo Estado.

A primeira forma, que poderia ser a mais desejada, continua a ser insuficiente para prover às necessidades do povoamento dos nossos dois mais extensos territórios ultramarinos.

A segunda forma, votada durante tanto tempo a uma série de manifestos insucessos, tem no Decreto-Lei n.º 34 464, de 27 de Março de 1945, o início de uma fase de efectivação prática, de que a Portaria n.º 10 919, de 9 de Abril do mesmo ano, é indispensável complemento.

Uma outra portaria, a n.º 11 249, de 24 de Janeiro do ano seguinte, também não deve deixar de ser citada, pela importância do que nela se contém.

Só bastante mais tarde aparece novo decreto-lei referente ao problema que nos ocupa: o n.º 38 200, de 10 de Março de 1951.

No que diz respeito aos agregados populacionais orientados pelo Ministério, sabemos estarem actualmente três em desenvolvimento: dois em Angola, na Ceta e no vale da Cunene, e um em Moçambique, no vale do Limpopo.

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 41 169, de 29 de Junho de 1957, fez-nos prever uma mais ampla efectivação do povoamento de Angola e Moçambique, tirando-se proveito da prática de colonizações feitas anteriormente, quase todas de base agrícola e permitindo encarar a fixação de tipo industrial.

Mas devemos confessar que é absolutamente necessário definir bem um certo número de condições, sem as quais um indivíduo não deverá ser admitido para se fixar no Ultramar: a primeira, a obrigatoriedade de saber ler e escrever, impõe-se; dispensamo-nos mesmo, por absoluta falta de tempo, de bordar mais considerações sobre este assunto, tão importante, no tema que nos ocupa.

7. — BASES PARA UMA PRÉ-SELECÇÃO E PREPARAÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE SE PROPÕEM FIXAR NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS DE ÁFRICA

Temos sem dúvida de admitir que o indivíduo metropolitano não se comporta da mesma maneira, por muito optimistas que sejamos nessa apreciação, quando transposto para uma região de clima quente, onde os factores climáticos, de alimentação e tantos outros já referidos no decurso desta exposição e ainda os naturais condicionalismos próprios dessas zonas do Globo, o podem modificar bastante.

Só assim nos apreçatemos de reacções de franca inadaptação, sempre de temer, e que levam ao insucesso de integração completa dos mesmos nas regiões tropicais.

É em relação com os indivíduos com quem contactam diariamente que os aborígenes, sejam de onde forem, formam as suas ideias referentes aos mesmos e podem condicionar as suas várias reacções.

É exactamente com esses mesmos indivíduos que se propõem viver nas referidas zonas que todo o cuidado de selecção é pouco, não só debaixo do ponto de vista que ora nos ocupa, mas em todos os aspectos deste importante problema.

Impõe-se, antes de mais nada, como aliás é curial, uma selecção física, porquanto conhecemos hoje também as alterações patológicas e a prevalência de certas afecções, a que esses mesmos indivíduos poderão estar sujeitos, de forma a conseguirmos um máximo de bem-estar físico, sem o qual se comprometeriam os aspectos psíquicos duma mesma integração.

Mas não nos esqueçamos, em todo o caso, que a progressiva melhoria de vida, em todos os seus aspectos, nas regiões tropicais, algumas das contra-indicações que durante muito tempo tinham de ser acatadas, podem hoje ser vistas com menos rigorismo, sobretudo em zonas climáticas favoráveis de planaltos, por exemplo, ou ainda em determinados aglomerados populacionais urbanos.

Do ponto de vista que ora nos interessa, as afecções do sistema nervoso têm uma importância muito especial e as perturbações psíquicas, sejam elas quais forem, uma prevalência ainda maior.

Não nos esqueçamos também que todos os indivíduos que se propõem exercer qualquer actividade nas regiões, ainda hoje chamadas quentes, dos trópicos têm de ser previamente estudados, não só para a protecção sanitária dos mesmos, como também na esperança de uma mais eficaz actividade profissional.

A prática ensina-nos ser boa norma, tanto quanto possível, fazer chegar os indivíduos na melhor quadra do ano, aconselhando uma permanência prévia em climas mais favoráveis, de modo que se faça uma gradual adaptação ao meio climático.

Quanto à idade, sabe-se que se pode esperar uma mais rápida integração dos indivíduos entre os 20 e os 40 anos.

Especiais cuidados deverão sempre merecer as mulheres que acompanham os europeus, esposas e filhas, não só debaixo do ponto de vista físico, como principalmente psíquico: a mais frequente labilidade dos seus sistemas neurovegetativos criam-lhes mais dificuldades de adaptação ao novo ambiente em que se propõem habitar.

Sejam quais forem as normas pré-selectivas de que se lance mão, é de boa prática a instituição de cursos elementares, não só profissio-

nais como de higiene tropical, sempre compatíveis com o nível de cultura do grupo de indivíduos a preleccionar.

Nas normas pré-selectivas a instituir, mais uma vez temos de invocar o bom senso, com que o higienista mental deverá proceder para uma acção eficiente. Deve haver uma certa maneabilidade e ter presente que determinadas normas aceites em certos meios sociais e culturais nem sempre se poderão aplicar entre nós.

Assim, a selecção psicotécnica, que tantas vezes é apontada em livros de texto e revistas da especialidade, não terá cabimento nos nossos casos. Teremos de lançar mão de processos mais elementares de apreciação da inteligência, por exemplo o sistema de provas de Binet-Simon ou o Labirinto de Porteus, tendo sempre em vista o grau de cultura dos indivíduos em causa.

Não há, pois, necessidade de uma orientação profissional, esta já foi previamente fixada e, até agora, tem sido fundamentalmente referente a actividades agrícolas; anseamos por uma tentativa progressiva de industrialização, e duma de que recentemente tomámos conhecimento directo — a construção de um grande empreendimento hidroeléctrico —, com utilização em elevado número de operários da Metrópole, permite-nos encarar, debaixo deste ponto de vista, a fixação no Ultramar com manifesto optimismo.

Num aspecto nos é ainda permitido manifestar uma certa dúvida: como vamos avaliar, nesta pré-selecção que nos propomos fazer, a capacidade de integração e a revelação de qualquer situação neurótica existente: os testes colectivos ou o contacto individual?

Qualquer dos métodos será bom, quando praticado por pessoas bem adestradas, mas terá também de ser condicionado pelas possibilidades materiais e de organização, da entidade que superintenda neste assunto do povoamento do nosso Ultramar, por indivíduos oriundos do Continente.

Insistimos, por último, num maior desenvolvimento a dar às palestras que continuam a ser proferidas a todos os indivíduos que se propõem fixar-se no nosso ultramar, constituindo-se mesmo pequenos cursos elementares de higiene tropical, providos de abundante material didáctico para o ensino pela imagem.

Como corolário do que acabámos de expor, desejaríamos ver, com resultados certamente muito proveitosos, aumentadas em número as películas cinematográficas que habitualmente exibimos, nas ins-

talações para esse efeito propositadamente construídas no Instituto de Medicina Tropical.

Mas entendemos que a acção orientadora e selectiva se deveria entender mesmo depois duma certa permanência nas zonas de fixação. A criação de missões eventuais satisfaria esse natural anseio, porque só assim se poderia avaliar das possibilidades a distância, de uma eficaz integração, tirando-se ilações da experiência obtida, com vista a informar os responsáveis da conduta a tomar em futuro próximo.

Só assim se poderá fazer trabalho valorizável em assunto de tão grande interesse, não só para o Ultramar Português como para a própria Metrópole.

8. — RECOMENDAÇÕES

Considerando que um dos principais objectivos da apresentação de trabalhos, no tema que nos ocupa neste Congresso, terá de ser a sua realização prática, permitimo-nos apresentar algumas recomendações, tendo em vista a efectivação desses referidos objectivos.

1.^a A par dos cuidados físicos, já encarados na rotina da preparação dos indivíduos que se propõem fixar no nosso ultramar, deve prever-se a sua preparação mental: educação e cultura adequadas e ainda uma pré-selecção dos mesmos.

2.^a Exigir-se um mínimo de instrução e nesse sentido recomendar-se a criação de escolas profissionais, não só de feição agrícola como mesmo industrial.

3.^a Desenvolvimento dos cursos de preparação, de modo a dar a todos os que os frequentem mais amplas noções sobre as principais características dos meios tropicais, não só no aspecto geográfico como humano.

4.^a Pré-selecção debaixo do ponto de vista mental, já que os indivíduos psiquicamente sãos se encontram em melhores condições para uma integração no novo ambiente.

5.^a Para a realização destes planos, e lembrando-nos da colaboração já dada neste sentido, e desde 1946, pelo Instituto de Medicina Tropical, fazer desta instituição o núcleo do organismo de estudo e preparação dos assuntos de que nos estamos ocupando.

6.^a Embora já exista uma legislação visando os diversos aspectos deste problema, seria desejável uma revisão da mesma, com vista à sua actualização à luz dos mais modernos conceitos do povoamento do Ultramar.

7.^a Por último, seria recomendável que fossem uniformizadas já as normas que regulam a fixação dos portugueses no Ultramar, orientadas por uma só repartição, que estudaria todos os planos referentes a este tão importante assunto.

9. — RESUMOS

O autor, depois de referir a importância que devem continuar a merecer todos os estudos empreendidos, e a empreender, sobre problemas psicológicos e psiquiátricos dos aborígenes das nossas províncias ultramarinas de África, foca o interesse que deverá ter para nós, Portugueses, a preparação, debaixo do ponto de vista psíquico, dos milhares de portugueses que anualmente se fixam no Ultramar Português.

Propõe-se valorizar assim este assunto da adaptação às regiões tropicais dos portugueses do Continente, tendo em vista uma mais fácil integração nessas zonas dos referidos indivíduos.

Foca em seguida a colaboração que a este assunto vem prestando, desde 1946, o Instituto de Medicina Tropical de Lisboa.

Os objectivos da Higiene Mental na adaptação às regiões tropicais são enumerados depois, encarando-se a importância, duma pré-selecção de todos os indivíduos que se propõem deslocar e fixar-se nas províncias ultramarinas portuguesas, especialmente em África.

Passaram-se depois em revista alguns dos principais factores que se terão de encarar sempre que se quiser estudar este importante assunto da adaptação às zonas tropicais.

Os contactos sociais são revistos com um certo detalhe, não se deixando de acentuar a indiscutível facilidade com que os Portugueses, há já séculos, se ligam com indivíduos de outras raças e dessas situações temos tirado resultados úteis nestes aspectos de uma maior facilidade de integração.

Neste capítulo não se omite também um outro aspecto de grande interesse, tão brilhantemente tratado já pelo nosso prezado Dr. Gilberto Freire: a antecipação com que os Portugueses adoptavam um certo número de hábitos e normas de vida nos trópicos, de inspiração nitidamente local e que só passadas muitas décadas foram mais geralmente aceites e tiveram a sua explicação científica; o que se passou com tantos e tantos aspectos de certos problemas do vestuário e da alimentação são exemplos frisantes do que escrevemos.

Alguns aspectos da miscigenação são em seguida encarados.

O problema do alcoolismo é, de todos estes assuntos, talvez aquele que foi tratado com mais detalhe, dado que realmente o autor considera de grande importância e prevalência o ter de se encarar este aspecto sempre que se pretenda uma boa integração dos portugueses do Continente nas províncias ultramarinas de África.

Insiste-se persistentemente na necessidade de fazer acreditar aos indivíduos que se propõem fixar nessas regiões que a ingestão de bebidas alcoólicas em excesso é muito mais prejudicial nessas zonas de clima quente que nas regiões temperadas em que inicialmente habitavam.

Considera-se razão imperativa de permissão para povoamento nas nossas províncias ultramarinas o conhecimento prévio de hábitos alcoólicos e escreve-se que a profilaxia do alcoolismo bem se deve considerar um verdadeiro teste de uma proficua Higiene Mental da região onde se pretenda uma integração de indivíduos provenientes de outras regiões.

Continua-se a pensar como meio mais eficaz de combater o alcoolismo a educação, já que as outras medidas restritivas não têm sido suficientes para obstar à propagação desse vício.

Outros factores que se torna indispensável encarar sempre que se estudam estes problemas de adaptação às regiões tropicais são focados com menos detalhe, dado o condicionalismo de tempo que a apresentação destes relatórios sempre impõe. Assim, determinados aspectos sociais pelo menos equacionados, as assistências médica e religiosa perfeitamente asseguradas, o optimismo como cada vez mais se têm de encarar determinados factores climáticos mais hostis, que as recentes aquisições técnicas ajudam grandemente a vencer em muitos destes aspectos, o isolamento, etc., foram sucessivamente equacionados.

Entendeu também o autor dever focar a legislação vigente sobre o povoamento das duas mais extensas províncias africanas portuguesas, porque, sem estes aspectos legislativos estarem bem estudados os aspectos económicos políticos e sociais destes mesmos assuntos não poderão nunca ser encarados no seu conjunto, e satisfatoriamente.

Estudam-se depois as bases para uma pré-selecção dos portugueses metropolitanos que pensam fixar-se no Ultramar Português, convencido como está o autor de que por uma prévia selecção nos defenderemos de reacções de franca inadaptação, sempre a temer quando se encarem estes problemas de adaptação às chamadas regiões quentes do Globo.

A instituição de cursos elementares, não só profissionais como os de higiene tropical, são também preconizados no presente trabalho.

Nas normas pré-selectivas foca-se a possibilidade de se utilizarem testes colectivos ou individuais.

Por último, apresentam-se sete recomendações tendo em vista a realização de um dos objectivos da apresentação de trabalho em congressos desta natureza: a realização prática dos votos contidos nos relatórios a discutir durante o referido I Congresso Nacional de Saúde Mental.

RÉSUMÉ

L'auteur fait des références à la valeur qu'on doit attribuer, à toutes les études déjà faites et à faire, sur les problèmes psychologiques et psychiatriques des aborigènes de nos provinces d'outre-mer en Afrique; après cela il montre l'intérêt que les Portugais doivent donner à la préparation, au point de vue psychique, des milliers de portugais que toutes les années fixent ses domiciles dans nos provinces d'outre-mer.

Il se propose de mettre en valeur le sujet de l'adaptation aux régions tropicales, des portugais à la métropole, ayant en vue une intégration plus facile de ces individus dans les régions mentionnées.

Ensuite l'auteur présente la collaboration donnée à ce sujet par l'«Instituto de Medicina Tropical» de Lisbonne, depuis 1946.

Vient ensuite l'énumération des objectifs de l'Hygiène Mentale dans l'adaptation aux régions tropicales, en envisageant l'importance d'une pré-sélection de tous les individus qui veulent se déplacer et se fixer aux provinces portugaises d'outre-mer, surtout en Afrique.

On fait une révision des principaux facteurs qu'on doit envisager toutes les fois qu'on veut étudier l'important sujet de l'adaptation aux régions tropicales.

La révision des contacts sociaux est faite avec un certain détail et témoigne l'indiscutable facilité de liaison des portugais avec les individus d'autres races, depuis des siècles, et aussi comment de ces situations nous avons eu des résultats utiles dans ces aspects et une plus grande facilité d'intégration.

Dans ce chapitre l'auteur montre aussi un autre aspect très important qui a été déjà exposé par le Dr. Gilberto Freyre: l'anticipation avec laquelle les Portugais adoptaient un certain nombre de coutumes et de normes de vie aux tropiques, d'inspiration nettement locale et que, seulement quelques décades après, ont été plus généralement acceptées et ont eu son explication scientifique; ce qui s'est passé avec beaucoup d'aspects de certains problèmes de vêtement et d'alimentation, sont des exemples caractéristiques des affirmations de l'auteur.

Après cela, l'auteur étudie certains aspects de la «miscigenação».

Le problème de l'alcoolisme est parmi tous, peut-être, celui qui a été étudié avec plus de détail puisque l'auteur considère de haute importance et prépondérance le fait d'avoir à envisager cet aspect toutes les fois qu'on recherche une bonne intégration des Portugais de la métropole dans les provinces d'outre-mer en Afrique.

Il insiste avec persévérance sur le besoin de faire croire aux individus qui veulent se fixer dans ces régions que l'ingestion des boissons alcooliques à l'excès c'est beaucoup plus nuisible dans ces zones de climat chaud que dans les régions tempérées où ils habitaient.

L'auteur estime, comme raison impérative pour la permission de peuplement dans nos provinces d'outre-mer, la connaissance préalable des habitudes des alcooliques et il prévoit que la prophylaxie de l'alcoolisme doit être considérée comme un véritable test d'une Hygiène Mentale utile de la région où on veut une intégration d'individus provenant d'autres régions.

Pour l'auteur, le moyen plus efficace pour combattre l'alcoolisme c'est l'éducation, puisque les mesures restrictives ne sont pas suffisantes pour empêcher la propagation de ce vice.

D'autres facteurs qu'on a besoin d'envisager toutes les fois qu'on étudie ces problèmes d'adaptation aux régions tropicales sont étudiés avec moins de détail à défaut de temps imposé par la présentation de ces rapports. Ainsi, certains aspects sociaux, au moins ébauchés aux assistances médicales et religieuses parfaitement assurées, l'optimisme avec lequel on doit, chaque fois plus, envisager certains facteurs climatiques plus hostiles, que les récentes acquisitions techniques aident largement à vaincre en beaucoup de ces aspects, l'isolement, etc., ont été ébauchés.

L'auteur a décidé aussi de parler de la législation qui est en vigueur sur le peuplement des deux plus vastes provinces portugaises en Afrique, puisque, sans une étude profonde des aspects législatifs, les aspects économiques, politiques et sociaux ne peuvent pas être envisagés dans son ensemble et d'une façon satisfaisante.

L'auteur étudie les bases pour une pré-sélection des portugais de la métropole qui veulent se fixer à l'outre-mer portugais, puisqu'il est sûr de ce que par une sélection préalable nous pourrions nous défendre des réactions de franche inadaptation, laquelle est toujours à craindre lorsqu'on envisage ces problèmes d'adaptation aux régions du globe dites chaudes.

L'institution de cours élémentaires, non seulement professionnels, mais aussi d'hygiène tropicale, est préconisée dans le présent travail.

Aux normes pré-sélectives on envisage la possibilité de l'utilisation de tests sélectifs ou individuels.

Finalement on présente sept recommandations ayant en vue la réalisation d'un des objectifs de la présentation des travaux aux congrès de cette nature: la réalisation pratique des vœux émis dans les rapports mis à discussion pendant le I Congrès National de la Santé Mental déjà cité.

SUMMARY

The author refers the importance to be deserved to all the studies carried out, or to be carried out, on the psychological and psychiatric problems of the natives of the portuguese overseas provinces of Africa. He points out the interest there will be to all the Portugueses in the preparation of the thousands of Portugueses who, éarly, settle permanently in the portuguese overseas. Thus the subject of the adaptation of the Portugueses of the continent to the tropical regions is emphasized having in view a better integration of the referred individuals in such zones.

The co-operation that the Institute of Tropical Medicine of Lisbon has been rendering to this matter since 1946 is also pointed out.

The purposes of Mental Hygiene for the adaptation to tropical regions are reported, and the importance of a previous selection of all the individuals

who pretend to settle permanently in the portuguese overseas, particularly in Africa, is considered.

It is presented also some of the main factors which should be faced ever the important matter of the adaptation to tropical zones be desired. The cultural contacts are examined with a certain detail, and the undoubted facility of he Portugueses, since some centuries, to mix with people of other races is pointed out as well as the useful results turning out from such situations which contribute to a better integration. On this matter is also presented another aspect of great interest which has already been very well dealt by Dr. Gilberto Freyre: the anticipation of the Portugueses in adopting certain habits and norms of life in the tropics; these ones were clearly locally inspired, and after many decades they were widely accepted and had their scientific explanation. What was happened with so many aspects of certain problems of clothing and diet are striking examples of this assertion.

Some aspects of miscegenation are also faced.

The problem of alcoholism is perhaps, from all these matters, that that was dealt with more details, since the author considers of great importance and prevalence to observe this subject ever a good integration of the Portugueses of the continent in the overseas provinces of Africa be wished.

It is emphasized the necessity of making the individuals who pretend to settle permanently in those regions to believe that the excessive intake of alcoholic beverages is much more injurious in the zones of warm climate than in the temperate zones where they formerly inhabited.

The previous knowledge of habits of alcoholics is considered as to be the determinant reason for allowing people to settle in the portuguese overseas provinces. It is also added that the prophylaxis of alcoholism must be considered as a real test of an efficient Mental Hygiene of the region where the integration of individuals from other regions is desired. Education is still thought to be the most efficient mean for the control of alcoholism, once the other restraining measures have not proved to be sufficient for avoiding the propagation of such a vice.

Some other factors which are indispensable for the study of the problems of adaptation to tropical regions are present with minor details, since the time for presenting this kind of reports is always limited. Thus are successively outlined: some social aspects which, at least, can be solved; the medical and religious assistance perfectly assured; the optimism with which ever more one have to endure certain hostile climatic factors which can be overcome, in many aspects, by the recent technics; the isolation, etc.

The author presents also the legislation in force on the settlement of the two wider portuguese african provinces. Being these legislative aspects not well studied, the economical, political and social aspects of these subjects can never be satisfactory considered in their whole.

The basis for a previous selection of the European Portugueses who pretend to settle in the portuguese overseas permanently are studied. The author is sure

that performing a previous selection the reactions of a real inadaptation will be avoided. Such reactions are always to be feared ever the problems of the adaptation to the so-called warm regions of the Globe are considered.

The establishment of elementary courses, professional as well as courses in tropical hygiene, are also advised in this paper.

In the previous selecting norms the possibility of performing selective or individual test is presented.

In the last place, seven recommendations having in view one of the purposes of the presentation of papers to congresses of this kind are presented: the practical realization of the votes contained in the reports to be discussed during the referred I National Congress of Mental Hygiene.

10. — CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS MAIS IMPORTANTES

- BELLUCI, B. — «L'Influence des Facteurs Physiques Ambiants sur la Vie Humaine», *Gazzetta Sanitaria* — Edition française — x année, n.º 3, 1960.
- BUCKENS, F. — *Considérations sur l'étude climatologique quantitative de l'habitation tropical* — Académie Royale des Sciences Coloniales — Classe des Sciences Techniques — Tome III, fas. 2, Bruxelles, 1956.
- BOWLY, J. — *Soins Maternels et Santé Mentale* — Série de Monographies de l'O.M.S., n.º 2 — Genève, 1952.
- CAROTHERS, J. C. — *Psychologie Normale et Pathologique de l'Afrique*, in *Étude ethnopsychiatrique* — Série de Monographies de l'O.M.S., n.º 17 — Genève, 1954.
- CHRONIQUE DE L'O.M.S. — Alguns dos assuntos deste trabalho são tratados nos seguintes volumes desta publicação: 1: 1-2, 30, 1947; 1: 5-6, 90, 1947; 2: 3, 45, 1948; 2: 8, 195, 1948; 2: 10, 235, 1948; 3: 8-9-10, 210, 1949; 4: 3, 102, 1950; 5: 11, 333, 1951; 6: 5, 133, 1952; 7: 1, 40, 1953; 8: 5, 193, 1954; 9: 9, 265, 1955; 10: 4, 106, 1956; 10: 8, 256, 1956; 11: 4, 113, 1957; 12: 1, 22, 1958; 12: 10, 349, 1958; 12: 10, 373, 1958; 12: 11, 40, 1958; 13: 6, 272, 1959; 13: 9-10, 398, 1959; 14: 2, 74, 1960; 14: 5, 169, 1960; 14: 6, 233, 1960; 14: 7, 274, 1960; 14: 10, 397, 1960.
- DELAY, J. PICHOT, P., PERSE, J. — *Méthodes Psychométriques en Clinique. Testes Mentaux et Interprétation*. Masson — Paris, 1955.
- FERNANDES, Barahona — «O problema da eugénica», *Medicina Contemporânea*, 4: 56, 19, 153, 1938.
- FERNANDES, Barahona, e SANTOS, João dos — «Higiene mental infantil — O problema da assistência psiquiátrica à criança», *Jornal do Médico*, 21: 524, 305, 1953.
- FERREIRA, Fernando — *Psicoses atebínicas*. Tese apresentada em 9 de Setembro de 1947 ao 1.º Congresso da Soc. de Est. da Colónia de Moçambique. Lourenço Marques, 8 a 13 de Setembro de 1947.
- FERREIRA, Fernando Simões da Cruz — *Patologia e Clínica Tropicais em África* — Lisboa, 1958.

SILVA, M. A. DE MENDONÇA E — *Higiene mental*

- FONTES, Vitor — *O Pediatra e a Higiene Mental Infantil* — Monografia do Bol. do Inst. António Aurélio da Costa Ferreira, vol. 6, Janeiro de 1952.
- FREYRE, Gilberto — «Integração portuguesa nos trópicos», *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, vol. iv — Junta de Investigações do Ultramar — Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1958.
- GASPAR, José Maria — «A colonização branca em Angola e Moçambique — Colóquios de Política Ultramarina Internacionalmente Revelante», *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, vol. vii — Junta de Investigações do Ultramar — Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1958.
- GASPAR, José Maria — «A colonização agrícola na valorização do Ultramar», *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, vol. 21 — Junta de Investigações do Ultramar — Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1959.
- GOTTSCHALK, H. — *Peut-on mesurer le «bien-être»? — Simposium Ciba*, vol. 8: 2, Junho de 1960.
- LEMKAU, Paul V. — *Mental Hygiene in Public Health* — Tradução castelhana de Federico Pascual del Roncal — *Higiene Mental*. Edición Fondo de Cultura Económica, México, 1953.
- LING, Thomaz L. — «La santé mentale dans l'industrie», *Bull. World Health Organiz.*, 13: 4, 551, 1955.
- MARTINS, Manuel Alfredo de Moraes — «Algumas achegas para o estudo da luta antialcoólica em África», *Garcia de Orta*, col. vi, n.º 4, Lisboa, 1958.
- MARI Y LOPEZ, Emilio — *Problemas Psicológicos Actuais* — Colección Cultural Universal. Liberia El Ateneo Editorial. Quinta edición. Buenos Aires, 1955.
- MOREIRA, Prof. Adriano — «Problemas Sociais do Ultramar», *Semana Médica*, ano II, n.º 64, 17 de Junho de 1960.
- RECUEIL INTERNATIONEL DE LÉGISLATION SANITAIRE (O.M.S.) — *Hospitalisation des Malades Mentaux*, 6: 1, 3, 1955.
- REDINHA, José — «Problema de contacto racial — Conceito indígena acerca da superioridade do Branco», *Garcia de Orta*, vol. 4, n.º 3, Lisboa, 1956.
- PARMENTIER-BELOUX, Marie — *Guide Pratique du Médecin d'Orientation Professionnelle* — Masson — Paris, 1956.
- PILLE, G. — «Échanges chlorurés et cimatométrie en zone inter-tropicale», *Biologie Médicale*, 42: 709, 1953.
- QUINTERO MURO, Eduardo — *Inmigración e Higiene Mental* — Publicaciones del Centro Médico de Caracas, 1: 2, 17, 1954.
- SANTOS JÚNIOR, A. A. — *Aclimação dos Portugueses na Província de Angola*, Porto, 1883.
- SILVA, Mário Augusto de Mendonça e — «Aspectos da higiene mental na adaptação a meios tropicais», *Anais do Instituto de Medicina Tropical de Lisboa*, Informação Bibliográfica, vol. xv, supl. n.º 4, Dezembro de 1958.
- SILVA, Pompeu — «A higiene mental e o alcoolismo», in *Problemas de Saúde Mental*, edição da Liga Portuguesa de Higiene Mental, Lisboa, 1960.
- SÂBRINHO, José Luís de Sousa — «À volta da higiene e saúde mental — Considerações sobre uma viagem de estudo à Europa, planeada pelo O.M.S.», *Bol. da Socied. de Estudos de Moçambique*, 27: 110, 5, 1958.

SILVA, M. A. DE MENDONÇA E — *Higiene mental*

SPECIALISTS ON MENTAL HEALTH of Scientific Council for Africa South of the Sahara
— *Mental Disorders and Mental Health in Africa South of the Sahara* —
Publication n.º 35. Bukavu, 1958.

SPECIALISTES CZA — *Réunion de Spécialistes CSA sur la Psychologie de Base de
l'Africain et du Malgache*. Publication n.º 51, Tananarive, 1959.

TIZARD, J. — «The prevalence of mental subnormality», *Bull. World Health Organ-
iz.*, **9**: 3, 423, 1953.

Imprensa Portuguesa ★ Rua Formosa, 108-116 ★ PORTO

SEP2871